

MAIO 2025

133ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

OS DONOS DO JOGO

Cinco supercaciques se
preparam para dominar a
política brasileira até 2030

Imagem gerada com Leonardo AI

Editorial: Lula e a festa
dos ditadores na Rússia

Constantino: Janja acha que
a China censura é pouco!

Índice

Editorial: Lula e a festa dos ditadores na Rússia **04**

Marcio Antonio Campos: Como Leão XIV
desarmou os tradicionalistas sem dar um pio
sobre missa tridentina **11**

Rodrigo Constantino: Janja acha que a China
censura é pouco! **21**

Cinco supercaciques se preparam para dominar a
política brasileira até 2030 **27**

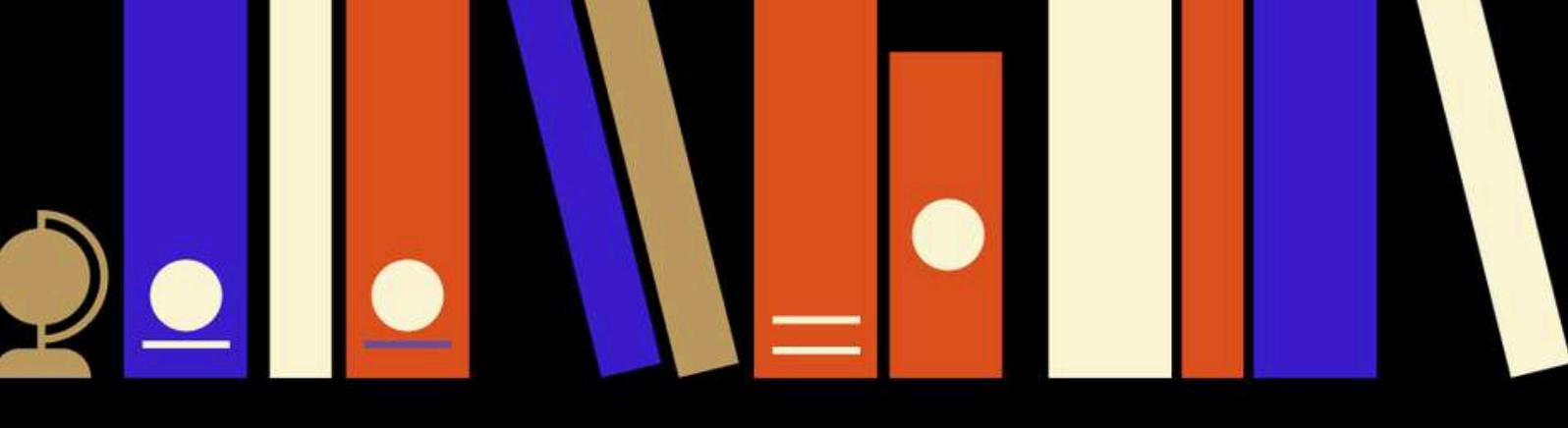
Moraes acelera ação penal contra Bolsonaro e
outros sete réus no caso do golpe **40**

Relatório da OEA ignora censura do STF contra a
direita e critica peruca de Nikolas **50**

Sete filmes e séries que revelam o que a escola não
ensina sobre o comunismo **64**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS
LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



B I B L I O T E C A D A G A Z E T A

GAZETA DO POVO

**ACESSE NOSSOS E-BOOKS
EXCLUSIVOS**



Lula em jantar com Vladimir Putin, ditador russo. (Foto: Ricardo Stuckert / PR)

EDITORIAL

Lula e a festa dos ditadores na Rússia

Poucas horas depois de o novo papa Leão XIV ter rezado junto com os fiéis na Praça São Pedro, em Roma, pedindo pela paz no mundo, Luiz Inácio

Lula da Silva estava ao lado de ditadores e autocratas de diversos países, na Praça Vermelha, em Moscou, na Rússia, em apoio a Vladimir Putin, responsável por trazer de volta à Europa e ao mundo os horrores das grandes guerras que arrasaram o continente europeu no passado.

Usando como justificativa a comemoração dos 80 anos da vitória soviética sobre a Alemanha nazista, o ditador russo até tentou atrair outros chefes de Estado, mas, sabiamente, nenhum líder de democracia ocidental relevante aceitou se rebaixar ao servilismo de dar apoio ao responsável pela invasão da Ucrânia, que devasta o país há três anos. Ainda assim, o ditador da Rússia pôde contar com os velhos aliados de sempre, incluindo Lula, que, desde o início do conflito em solo ucraniano, sempre deixou claro seu alinhamento ao Kremlin.



Lula escolheu estar ao lado de ditadores, e, nesse processo, arrasta perigosamente o Brasil para longe das democracias consolidadas, comprometendo sua imagem internacional e relativizando princípios que deveriam ser inegociáveis para qualquer nação que se diga livre

Lula chegou à Rússia no dia 7 de maio – Janja chegou antes, no dia 3 – e participou de uma série de eventos e reuniões com outros convidados de Putin, como os ditadores de Cuba, Miguel Díaz-Canel; da Venezuela, Nicolás Maduro; e da China, Xi Jinping. A China, aliás, será o próximo destino de Lula, que participará da 4^a Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC (Comunidade de Estados

Latino-Americanos e Caribenhos) no país comunista, nos dias 12 e 13.

O ponto alto, porém, foi o desfile militar no dia 9, no qual Putin, com seus colegas ditadores a seu lado – incluindo a delegação brasileira formada por Lula, Janja, o assessor especial da Presidência, Celso Amorim, o chanceler Mauro Vieira e a ministra de Ciência, Tecnologia e Inovações do Brasil, Luciana Santos –, exibiu as armas usadas na invasão da Ucrânia, fez com que combatentes desfilassem e, cinicamente, tentou comparar a ação da então União Soviética contra os nazistas com a atual agressão russa contra os ucranianos.

Sem público nas ruas, cercadas por forças de segurança e barreiras metálicas, o espetáculo armado por Putin foi reflexo das ditaduras que, ainda que se digam populares, excluem e

oprimem o povo, e o usam como justificativa para seus regimes de terror. Em seu discurso, Putin afirmou contar com o apoio de “todo o país, a sociedade e a população” à invasão da Ucrânia, eufemisticamente tratada pela máquina estatal russa como “operação militar especial”. Como bem definiu o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, foi “um desfile de bile e mentiras” – que contou com os aplausos de Lula.

Como de costume, a diplomacia brasileira insiste em evocar a justificativa do “multilateralismo” ou da necessidade de ampliar “alianças estratégicas”. O próprio Lula referiu-se à viagem à Rússia e ao encontro com o ditador Putin como um “momento histórico”, dizendo que o Brasil tem interesses “políticos, interesses comerciais, interesses culturais, interesses científico-tecnológicos com a Rússia” e que, por

seu lado, a Rússia “deve ter muitos interesses com o Brasil”. O presidente brasileiro reforçou ainda que a intenção da visita seria construir parcerias estratégicas entre os países, especialmente nas áreas de defesa, espaço, ciência e tecnologia, educação, aviação e energia.

Mas nada disso justifica uma agenda internacional cada vez mais inclinada aos interesses de autocracias que espezinham valores democráticos fundamentais.

O argumento de uma suposta “neutralidade” – que jamais existiu da parte de Lula em relação à guerra na Ucrânia – ou do pragmatismo estratégico já não convence ninguém: Lula escolheu estar ao lado de ditaduras como a Rússia, e, nesse processo, arrasta perigosamente

o Brasil para longe das democracias consolidadas, comprometendo sua imagem internacional e relativizando princípios que deveriam ser inegociáveis para qualquer nação que se diga livre. Há uma diferença fundamental entre defender uma diplomacia soberana e flertar com regimes que desprezam a democracia, esmagam as liberdades e opositores e manipulam seus povos com propaganda – como a Rússia de Putin e outras ditaduras com as quais Lula busca cada vez mais proximidade.



[Voltar ao índice](#)



*Não é todo dia que você vê um papa soltando a voz para cantar o Regina Caeli.
(Foto: Ettore Ferrari/EFE/EPA)*

OPINIÃO

Marcio Antonio Campos

Como Leão XIV desarmou os tradicionalistas sem dar um pio sobre missa tridentina

Uma característica do conclave de 2025 foi a abundância de informação existente antes da

votação: um católico interessado facilmente descobria o que os principais apontados como possíveis papas haviam dito e feito sobre os assuntos mais variados. A parte ruim disso era a enorme possibilidade de qualquer novo papa já assumir carregando a desconfiança, a rejeição ou até a oposição aberta de parte razoável do mundo católico. Um Burke ou um Sarah (e sei de amigos que tiveram milissegundos de batimentos cardíacos acelerados ao ouvir o protodiácono falar “Robertum”) seria mal recebido pelos ditos “progressistas”, enquanto um Grech, um Brislin ou um Hollerich causaria pânico nos ditos “conservadores” – e tudo antes mesmo de ele aparecer na sacada da Basílica de São Pedro. Por isso, é notável que Leão XIV tenha conseguido desarmar um dos grupos mais vocais nas críticas a Francisco, o dos tradicionalistas, e tudo isso

sem dizer uma única palavra sobre missa tridentina.

Pessoas respeitadíssimas nesse meio, entre as quais algumas que não economizavam nas palavras quando se referiam ao papa Francisco, estão elogiando abertamente o novo pontífice, ou, na “menos melhor” das hipóteses, pedindo a todos que deem a Leão XIV ao menos o benefício da dúvida. Taylor Marshall, o autor de *Infiltrados: A trama para destruir a Igreja a partir de dentro*, publicou um longo vídeo no YouTube manifestando sua submissão ao papa, e no X já elogiou até uma cruz peitoral de *prata* que Leão XIV usou em alguns dos muitos eventos de que participou desde sua eleição.

No Facebook, Peter Kwasniewski, um dos que acompanho mais de perto, e um dos que fizeram algumas das afirmações mais veementes sobre Francisco, chamou de “engano” qualquer pessimismo que os tradicionalistas possam ter em relação a Leão XIV.



Quem achava que os tradicionalistas só se contentariam com um papa que restaurasse Summorum pontificum no dia seguinte à eleição quebrou a cara

Destaco especialmente a última das razões que ele lista: “Temos a obrigação de rezar por qualquer um que ocupe um alto cargo, de dar-lhe a chance de liderar, de deixá-lo cometer alguns erros (como qualquer ser humano falível fará), e

de evitar qualquer condenação prematura. Isso não é ingenuidade, nem *wishful thinking*; é uma questão de justiça e caridade, que devemos a nossos pais em todos os níveis: na família, na paróquia, na diocese, e na Igreja universal” (se os motivos que ele expõe para não ter feito isso nos últimos anos do pontificado de Francisco param em pé, não é meu objetivo discutir aqui).

O site tradicionalista *Rorate caeli* publicou um editorial curto, chamado “Kinship” (algo como “parentesco” ou “afinidade”).

Diz que “há algo inequivocamente bom sobre ele [Leão XIV]. Ele tem um bom coração, parece sinceramente gentil. Só isso já é uma característica importante para um bispo, não tão comum quanto deveria ser. Ele provavelmente

(certamente?) irá nos decepcionar... é assim que o mundo funciona (...) que os católicos tradicionais concedam ao novo papa o amor, a estima, o respeito e as orações que ele merece. Livremente, sem medo, esperando o melhor, sabendo que podem não receber na mesma moeda, e esperando se desiludir. Esse parece ser nosso destino.”

O incrível nisso tudo é que, aparentemente, nem o então cardeal Robert Prevost, nem o agora papa Leão XIV disseram uma única palavra sobre o que é a coisa mais importante para inúmeros tradicionalistas. Ele não tem registro de crítica a Traditionis custodes, nem prometeu derrubá-la (o que, na minha opinião, seria uma boa ideia).

Desde o último dia 8, tradicionalistas têm buscado alguma imagem de Prevost celebrando a missa tridentina, e não acharam nada – no máximo, há fotos dele usando uma casula romana; essa veste litúrgica é habitualmente associada à missa tridentina, enquanto no Novus Ordo se costuma usar a chamada casula gótica (aquela que cobre toda a pessoa, como um poncho), mas não há nada que proíba o uso da casula romana na liturgia pós-1969, e as imagens não permitem concluir qual a liturgia que estava em uso quando a foto foi feita.

No máximo, há relatos de que Prevost celebrava privadamente a missa tridentina, com permissão do papa Francisco, enquanto trabalhava na Cúria Romana entre 2023 e 2025, mas nada disso está confirmado. Os vaticanistas Edward Pentin e Diane Montagna, do College of Cardinals Report,

que vasculham tudo que é declaração de cardeais sobre temas controversos na Igreja, não conseguiram encontrar nada de Prevost sobre questões litúrgicas.

O que, então, Leão XIV fez para conquistar dessa forma a boa vontade dos tradicionalistas? Retomou o uso dos paramentos papais completos em sua primeira aparição na sacada da Basílica de São Pedro. Escolheu um nome sem vinculação alguma com papas recentes. Fez uma bela homilia em sua primeira missa como pontífice. Cantou o *Regina Caeli* com a multidão na Praça de São Pedro no último domingo. Distribuiu bênçãos em latim. Escolheu morar no Palácio Apostólico. Não parece muito, e realmente não é.

Quem achava que os tradicionalistas só se contentariam com um papa que restaurasse *Summorum pontificum* no dia seguinte à eleição e escolhesse fazer sua missa de início de pontificado no rito tridentino quebrou a cara.

Isso não explica, no entanto, as enormes doses de agressividade dirigidas ao papa Francisco, e aí está o meu medo: o de que a simpatia demonstrada até agora com Leão XIV não resista ao teste do tempo, dependendo de como andar esse pontificado.

E se o papa continuar tudo o que tem feito até agora, mas também mantiver a proposta de sinodalidade, ainda que corte de vez as loucuras dos alemães e deixe claro que o processo em curso não tem nada a ver com mudar doutrinas

de acordo com a vontade popular? E se ele não afrouxar as restrições de *Traditionis custodes*? E se continuar tratando de temas que eram caros a Francisco? Veremos a simpatia virar tolerância, a tolerância virar suspeita, a suspeita virar crítica, e a crítica virar hostilidade? Deus queira que não.

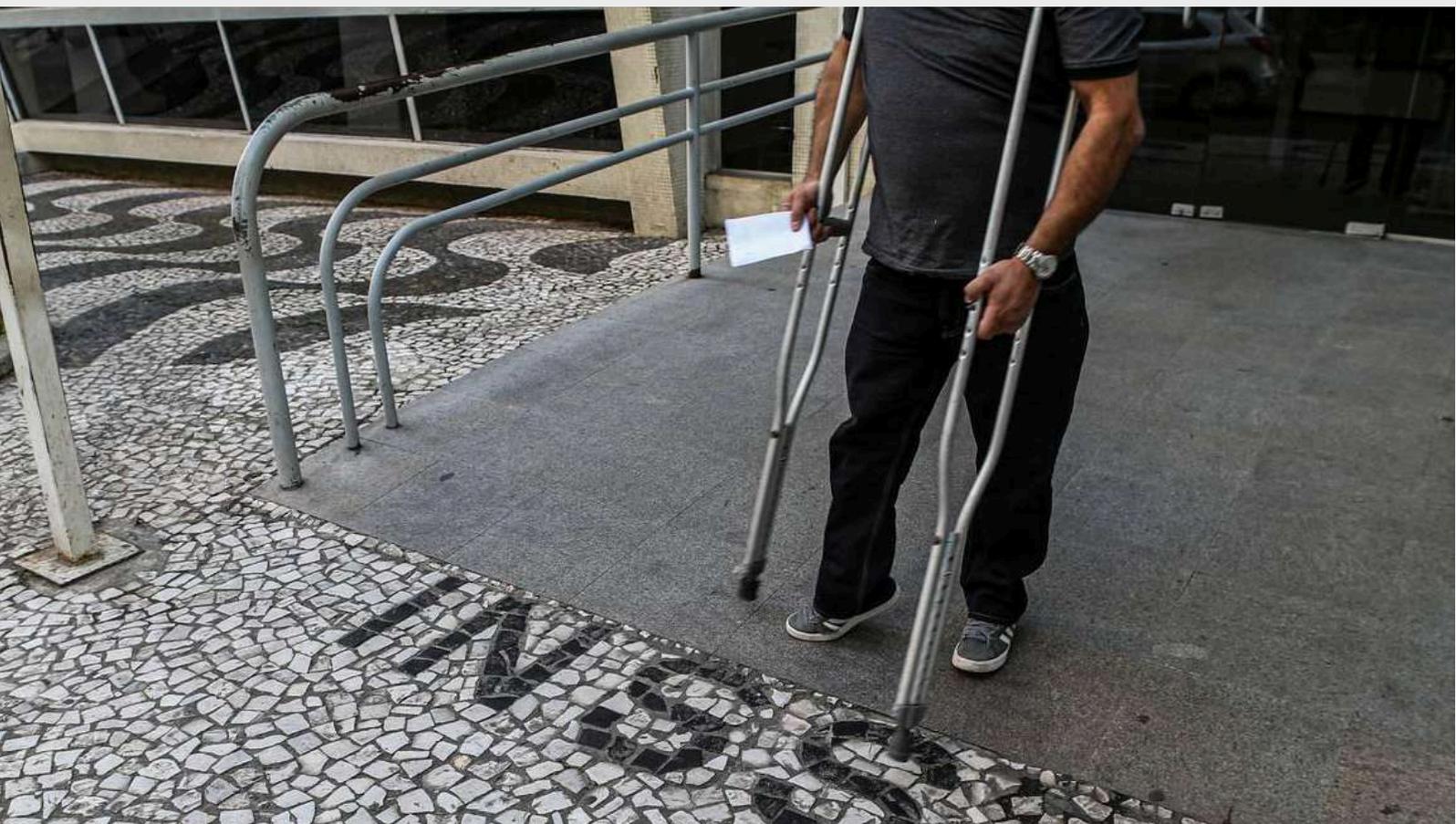


Autor: Marcio Antonio Campos é editor de Opinião da Gazeta do Povo. Autor de "A razão diante do enigma da existência" e coautor de "Bíblia e natureza: os dois livros de Deus – reflexões sobre ciência e fé", mantém a coluna quinzenal Tubo de Ensaio e uma coluna semanal sobre temas relacionados à Igreja Católica.

**Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Lula chega ao jantar oferecido por Putin acompanhado de Janja. (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

OPINIÃO

Rodrigo Constantino

Janja acha que a China censura é pouco!

O constrangimento a que Janja submeteu o governo Lula na China revela como o PT é

autoritário. No fundo, a primeira-dama disse que o Partido Comunista Chinês censura é pouco, e que deveria se esforçar mais para controlar o conteúdo da rede social Tik Tok. Lula tentou sair em defesa de sua mulher, mas a emenda ficou pior do que o soneto. E ficou aquele climão no governo e também com seus apoiadores na mídia.

Até mesmo o esquerdista André Trigueiro, da Globo News, ficou perplexo: "Não faz o menor sentido trazer alguém da China para regulamentar rede social, pela razão de que a China não permite liberdade de expressão, as redes sociais na China são todas controladas. Algumas redes sociais simplesmente não podem funcionar. E qual seria o aconselhamento que um representante do governo Xi Jiping poderia nos dar nesse sentido? Se for para fazer aqui o que se

faz lá, haverá, digamos, a ditadura dos conteúdos compartilhados pelas redes sociais ao gosto do governante de ocasião. Não acho que seja um bom aconselhamento".



Janja segue uma fábrica de gafes e de gastos exorbitantes. Mas Lula gosta, claro, e ninguém pode dizer que a primeira-dama destoa do próprio marido, ele mesmo o maior produtor de 'deslizes' que existe

Ou seja, até mesmo a turma da velha imprensa que aplaude o PL da Censura, de relatoria do comunista Orlando Silva, que pede mais controle (censura) nas redes sociais ao Congresso e que aplaude a perseguição suprema aos conservadores, até essa gente acha que Janja foi

longe demais ao pedir ajuda aos chineses para controlar nossas redes sociais! Não obstante, e como todo líder autoritário tem um séquito de bajuladores, a AGU do "Bessias" deu 24 horas para a Meta e o Tik Tok apagarem posts sobre a Janja. O que a AGU tem com isso ninguém sabe, ninguém entendeu. O jurista André Marsiglia comentou: "Independente do conteúdo das postagens, a AGU não tem legitimidade neste caso para questionar plataformas. A AGU serve para apoio jurídico do Estado, não do governo, e muito menos da Janja, que sequer possui cargo eletivo; A AGU mobilizar o Estado em favor dos interesses do governo ou de uma pessoa física, a meu ver, fere o princípio da impessoalidade (art.37 da CF) e pode responsabilizar os agentes públicos envolvidos; A AGU fez uma notificação extrajudicial. Tem o mesmo valor que enviar a alguém uma carta, não é uma ordem judicial. O

prazo de 24 horas de uma notificação, bem como seus pedidos, não obrigam ou vinculam ninguém a nada". Ou seja, tudo fora das quatro linhas e para inglês ver - ou melhor, para Lula apreciar o empenho em proteger sua constrangedora esposa. Janja segue uma fábrica de gafes e de gastos exorbitantes. Mas Lula gosta, claro, e ninguém pode dizer que a primeira-dama destoa do próprio marido, ele mesmo o maior produtor de "deslizes" que existe.

O sonho de Lula era ser um ditador todo-poderoso que pudesse usar seu poder para destruir quem quer que ouse criticá-lo, ou sua mulher. Até o Globo escreveu um editorial dizendo: "Apreço de Lula pela democracia flutua segundo conveniência". Para o jornal, o presidente "posa de democrata", mas não teve constrangimento em ir a Moscou participar de

desfile ao lado de ditadores. Ora bolas! Como nada disso é novidade, como Lula bajula os piores tiranos há 40 anos, só podemos concluir que o Globo fingiu acreditar na pose de Lula, pois qualquer pessoa atenta já sabia desse seu apreço por ditaduras assassinas. O papelão da mídia é constrangedor. Quase tanto quanto as gafes da Janja...



Autor: Rodrigo Constantino, economista pela PUC com MBA de Finanças pelo IBMEC, trabalhou por vários anos no mercado financeiro. É autor de vários livros, entre eles o best-seller “Esquerda Caviar” e a coletânea “Contra a maré vermelha”. Contribuiu para veículos como Veja.com, jornal O Globo e Gazeta do Povo. Preside o Conselho Deliberativo do Instituto Liberal.

**Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Ciro Nogueira (PP), Antônio Rueda (União Brasil), Valdemar Costa Neto (PL), Renata Abreu (Podemos) e Gilberto Kassab (PSD). (Foto: Montagem / Gazeta do Povo)

Concentração partidária

Cinco supercaciques se preparam para dominar a política brasileira até 2030

Por Sílvio Ribas

À frente de agremiações políticas que concentram cerca de metade dos votos na

Câmara e movimentam receitas bilionárias por meio dos fundos partidário e eleitoral, cinco "supercaciques" - presidentes de legendas de centro e centro-direita - investem para consolidar seus projetos de poder de longo prazo. Valdemar Costa Neto (PL), Gilberto Kassab (PSD), Renata Abreu (Podemos-PSDB), Ciro Nogueira (PP) e Antônio Rueda (União Brasil) ampliaram influência nas urnas de 2024, quando levaram 60% das prefeituras e metade dos R\$ 6 bilhões de verbas públicas reservada aos partidos.

Os dirigentes seguem com estratégias de domínio político após as próximas disputas. A mais recente envolveu o lançamento da federação PP-União. Eles buscam a hegemonia até 2030, antecipando o fim da polarização entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL).

Liderando siglas com forte presença no Congresso e ampla capilaridade nacional, os cinco supercacicques já atuam como peças-chave na redefinição do mapa político do país a partir das eleições de 2026, buscando ampliação do espaço no Congresso e a sua influência sobre a Presidência da República.

Cenário partidário caminha para a concentração e o comando profissional

Analistas ouvidos pela **Gazeta do Povo** sublinham que o cenário político brasileiro passa por profunda e silenciosa transformação. À medida que 2026 se aproxima, fusões, federações e restrições da lei partidária impõem o fim da fragmentação extrema e a criação de blocos robustos e coesos. A cláusula de barreira, em vigor desde 2017, limita o acesso de partidos ao

fundo partidário e à propaganda gratuita. Para superá-la, a legenda precisa ter ao menos 2% dos votos para deputado federal em nove estados, com no mínimo 1% dos votos válidos em cada um desses estados, ou eleger 11 em ao menos nove estados.

Desempenho insuficiente, obrigatoriedade de federações duradouras e fim de coligações proporcionais eliminaram muitos dos 28 partidos com assento na Câmara no início da década. Por isso, os menores têm buscado se juntar aos maiores, criando superestruturas nacionais com mais acesso a verbas.

O cientista político Antonio Lavareda avalia que o marco legal cumpriu a sua missão de afunilar o quadro partidário. “Logo teremos apenas meia

dúzia de legendas. Isso melhora a operação do Legislativo, faltando apenas mudar o sistema eleitoral para enraizar os partidos na sociedade”, comentou.

O exemplo emblemático das mudanças políticas está na recém-lançada federação entre União Brasil e PP, que superou o PL em cadeiras na Câmara. Sob liderança do advogado Antônio Rueda (União Brasil) e do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o novo arranjo partidário cria um modelo mais estratégico e centralizador. Marcus Deois, diretor da consultoria política Ética, observa que a federação com 109 deputados e 14 senadores, com duração mínima de quatro anos, já surge com magnitude capaz de consolidar PP e União como protagonistas do cenário político nacional e de deflagrar a corrida eleitoral de 2026. Ele lembra que Ciro Nogueira (PP) já se apresenta

como candidato a vice em alguma chapa presidencial de centro-direita, evocando controle de quase R\$ 1 bilhão em fundo eleitoral e a capilaridade regional de governadores e prefeitos. Autossustentável, a federação pode até lançar uma chapa própria. Ronaldo Caiado, governador de Goiás e pré-candidato à Presidência pelo União Brasil, também tratou de enaltecer, em discurso no lançamento da federação e em carta aberta aos filiados do PP, o potencial da aliança dos partidos de “subir a rampa do Palácio do Planalto” após as eleições de 2026.

Blocos se organizam em três grandes frentes, avaliam especialistas

O cientista político Ismael Almeida vislumbra três frentes disputando o próximo pleito: a

esquerda chefiada pelo PT, a direita representada pelo PL, e o centro conservador articulado por PSD, União-PP e o futuro Podemos-PSDB. “Será uma briga previsível, com pouco espaço para novidades”, diz. Almeida destaca o protagonismo do PL à direita, mesmo possivelmente sem Bolsonaro na urna, com comando firme de Valdemar Costa Neto. Já a esquerda se manterá coesa sob liderança do PT, que já comanda a federação Brasil da Esperança, com PCdoB e PV, e ainda conta com Lula, mesmo se ele ficar de fora do próximo pleito presidencial.

Há também o centro, onde o PSD exerce tradicional posição neutra, pronto para negociar. O Podemos - que se fortaleceu nas últimas eleições e já absorveu o PSC - caminha para a fusão com o PSDB, em franco declínio. A legenda resultante pode tentar ser uma “terceira via”.

Defensores da concentração partidária veem nela um avanço em favor da governabilidade, uma redução dos custos políticos e o fim definitivo das siglas de aluguel. Críticos, porém, alertam que o poder excessivo dos caciques pode sufocar a renovação e inibir a pluralidade democrática.

Federação PP-União afeta as negociações para a corrida ao Palácio do Planalto

O lançamento da federação entre PP e União Brasil, com a presença do líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), e do presidente do PL, Valdemar Costa Neto, mostram a preocupação dos líderes partidários com as consequências do rearranjo partidário sobre o cenário eleitoral de 2026. A federação fortalece a articulação do Centrão e amplia o seu poder de

barganha com Lula, embora líderes da aliança PP-União Brasil façam acenos à oposição, prometendo lutar pela responsabilidade fiscal. Caiado ainda quer engrenar a candidatura ao Planalto, sem consenso na própria legenda.

Paralelamente, a fusão do PSDB com o Podemos, aprovada semana passada por unanimidade pela cúpula tucana, aguarda aval da Justiça Eleitoral para ser formalizada em convenção nacional em 5 de junho. A união visa conter a decadência do PSDB e formar um bloco de centro alternativo aos demais. Juntos, PSDB e Podemos somam 28 deputados, sete senadores, 405 prefeitos, três governadores e cerca de R\$ 460 milhões em fundos partidário e eleitoral.

Kassab vê aliança do centro em torno de candidatura de Tarcísio à Presidência

O presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, afirmou recentemente que, caso o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), decida concorrer à Presidência da República em 2026, a centro-direita deverá se unir em torno de sua candidatura, sem lançar outros nomes. Kassab destacou que, caso contrário, a centro-direita poderá ter múltiplas candidaturas, como Ratinho Jr. (PSD), Ronaldo Caiado (União Brasil), Romeu Zema (Novo), entre outros. Tarcísio tem reiterado que pretende buscar a reeleição ao governo de SP e que apoia Jair Bolsonaro, inelegível até 2030, para a Presidência.

Em relação ao cenário eleitoral de 2026, Kassab acredita que o presidente Lula continuará sendo

um candidato competitivo, apesar de enfrentar muitas frentes de desgastes. O dirigente vê uma eleição menos polarizada do que a de 2022, dando chance para o surgimento de candidatos de centro.

"Supercaciques" têm perfis distintos, mas a mesma missão de fortalecer suas siglas

Empresário e político paulista, Valdemar da Costa Neto, presidente do PL, é destaque na articulação da direita no Brasil. Deputado por vários mandatos, esteve envolvido no escândalo do mensalão. Após a filiação de Bolsonaro em 2021, sua legenda se tornou a maior bancada da Câmara naquele momento.

De perfil discreto, o advogado pernambucano Antônio Rueda, presidente do União Brasil, atuou como articulador jurídico do processo de criação da legenda resultante da fusão entre DEM e PSL. Assumiu a liderança partidária com o desafio de equilibrar as alas ideológicas divergentes.

Senador pelo Piauí e presidente do PP, Ciro Nogueira é um dos maiores expoentes do Centrão. Ex-ministro da Casa Civil no governo Bolsonaro, já foi aliado dos governos petistas e é conhecido pelo pragmatismo na costura de alianças. Sob sua liderança, o PP ampliou a influência nacional e regional.

Deputada por São Paulo, Renata Abreu, presidente do Podemos, é a protagonista da fusão com o PSDB, devendo sair como presidente da

nova legenda. Herdeira política do pai, José Masci de Abreu, ex-deputado e fundador do partido (então PTN), é conhecida por seu estilo conciliador.

Ex-prefeito de São Paulo, ex-ministro das Cidades e secretário do governo paulista, Gilberto Kassab é conhecido como hábil articulador. Criou o PSD a partir de dissidentes de outras legendas e consolidou um influente centro pragmático. Seu partido está em governos de esquerda e de direita.



[Voltar ao índice](#)



Alexandre de Moraes quer encerrar depoimentos no início de junho (Foto: Gustavo Moreno/STF)

STF

Moraes acelera ação penal contra Bolsonaro e outros sete réus no caso do golpe

Por Renan Ramalho

O início da ação penal contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete réus que também

respondem pela suposta tentativa de golpe em 2022 demonstra que o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, quer dar ritmo rápido ao processo no Supremo Tribunal Federal (STF). Apesar de algumas tentativas de arrastar o procedimento, Moraes tem dado decisões para adiantar as etapas até o julgamento.

Desde 26 de março, quando a Primeira Turma do STF aceitou, por unanimidade, a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR), tornando Bolsonaro e outros sete acusados réus no processo, diversos atos de Moraes têm contornado pedidos das defesas, dando mais celeridade ao caso. O ministro até encabeçou na semana passada uma negativa da Primeira Turma em acatar uma decisão da Câmara dos Deputados para suspender a ação penal pelo fato de um dos acusados, o Alexandre Ramagem, ser

deputado federal em exercício de mandato. A Câmara está recorrendo.

No fim de abril, por exemplo, Moraes também mandou intimar Bolsonaro no leito de UTI para que apresentasse defesa prévia em cinco dias. Entendeu que, como o ex-presidente havia realizado uma transmissão ao vivo no hospital, estava apto para assinar a notificação e abrir o prazo para que seus advogados o defendessem nos autos. Outras decisões, nos últimos dias, indicam o ritmo mais veloz. Em 30 de abril, Moraes decidiu que as testemunhas indicadas pelas defesas não precisarão ser intimadas pelo STF; caberá aos advogados garantirem que apareçam para depor nos dias agendados.

As seis testemunhas de acusação indicadas pela Procuradoria-Geral da República serão ouvidas,

por videoconferência, no próximo dia 19 de maio. As oito testemunhas do delator Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, vão depor no dia 22. No período de 23 de maio a 2 de junho serão ouvidas 68 testemunhas de defesa. Dentro do grupo, mais de 40 pessoas são servidores que têm direito de escolher data e hora do depoimento – parlamentares, militares, policiais, etc. –, mas segundo Moraes deverão se encaixar nos dias agendados.

“Há necessidade de iniciar a instrução processual final, com o agendamento da audiência de instrução, para oitiva das testemunhas de acusação e defesa, nos termos da Lei nº 8.038/90, do Código de Processo Penal e do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal”, escreveu o ministro na decisão em que marcou as datas dos depoimentos, no último dia 7 de maio.

Antes, Moraes aprovou alguns pedidos das defesas, rejeitou outros e deixou para adiante a decisão sobre outros.

Moraes ainda vai analisar pedidos de Bolsonaro e Braga Netto

Vários réus haviam apontado, na defesa prévia, nulidades no processo que já tinham sido discutidas pela Primeira Turma no julgamento que recebeu a denúncia. Havia pedidos, por exemplo, para que Moraes se declarasse impedido ou suspeito por falta de imparcialidade; tentativa de retirar o caso do STF; e até apelos para a absolvição sumária de alguns réus. O ministro negou tudo, reiterando os termos da decisão de março em que seus pares na Corte rejeitaram os mesmos pedidos.

Moraes aceitou alguns pedidos, como o pedido do ex-ministro da Justiça Anderson Torres para tomar depoimentos de 37 testemunhas de defesa – ele é o réu com o maior número de pessoas chamadas para apoiar sua inocência. O ministro, no entanto, ainda não analisou pedidos de Bolsonaro e do ex-ministro Walter Braga Netto para acessar mais provas do caso. O ex-presidente quer dados de um celular dele mesmo apreendido pela PF, além de arquivos de Mauro Cid capturados em e-mails e outros serviços de armazenamento na internet.

Bolsonaro também quer a íntegra dos dados de geolocalização e de entrada no Palácio do Alvorada e no Palácio do Planalto obtidos nas investigações.

Braga Netto, por sua vez, quer acessar um procedimento aberto na PGR para verificar a regularidade da delação de Mauro Cid – o órgão, inicialmente, se opôs ao acordo, firmado entre o tenente-coronel e a PF, apontando carência de provas entregues por ele. Ele também requereu acesso à íntegra do conteúdo encontrado num HD relacionado à colaboração do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

O ex-presidente e o ex-ministro ainda apresentaram pedidos para uma acareação entre os ex-comandantes do Exército, Freire Gomes, e da Aeronáutica, Baptista Júnior, com as testemunhas de defesa. Os dois militares confirmaram, em trechos de seus depoimentos no inquérito, que Bolsonaro e Braga Netto articulavam uma intervenção no Tribunal

Superior Eleitoral (TSE) para reverter o resultado da eleição de 2022.

Os advogados ainda pediram para participar do interrogatório das testemunhas de defesa dos outros réus e até a disponibilização de televisão para os ministros da Primeira Turma verem as provas que serão produzidas pelas defesas. Moraes escreveu que esses pedidos “serão analisados no momento processual adequado”.

Ministros da Primeira Turma votam com Moraes

Como relator do caso, Moraes tem maior proeminência na condução do processo. Boa parte de suas decisões e votos têm lastro em centenas de ações penais julgadas nos últimos meses contra os réus do 8 de janeiro de 2023.

Nessas decisões, os ministros do plenário e também da Primeira Turma já rejeitaram, em sessões virtuais, uma infinidade de pedidos de nulidade na investigação e no processo.

Na Primeira Turma, Moraes conta com o apoio irrestrito de Cármen Lúcia, Flávio Dino e Cristiano Zanin, que têm acompanhado seus votos sem ressalvas. O único a divergir, até o momento, foi Luiz Fux – no julgamento da denúncia, ele criticou penas altas impostas aos réus do 8/1, a negociação do acordo de delação de Cid, e ainda se opôs ao julgamento do caso pela Primeira Turma e pelo próprio STF. Fux foi vencido e, no momento de receber a denúncia – em que se examina se há materialidade do crime e indícios de autoria – acabou seguindo Moraes, sempre elogiando o trabalho do colega.

No dia 9 de maio, Fux também acompanhou Moraes ao rejeitar a suspensão integral da ação penal, aprovada pela Câmara. Por unanimidade, a Primeira Turma decidiu que o ato só vale para o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) e sobre parte dos crimes a ele imputados, referentes ao vandalismo nas sedes dos Poderes no 8/1.



[Voltar ao índice](#)



Relatório da OEA omite casos graves de censura no Brasil, mas critica direita. (Foto: Roque de Sá / Agência Senado e Pablo Valadares / Câmara dos Deputados)

Viés de esquerda

Relatório da OEA ignora censura do STF contra a direita e critica peruca de Nikolas

Por Leonardo Desideri

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) divulgou seu relatório anual sobre

liberdade de expressão no último dia 9, ignorando casos graves de censura no Brasil, em especial as decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal (STF) contra a direita. Por outro lado, dedicou espaço para criticar o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) pelo caso do uso de peruca no plenário.

O documento, elaborado pela Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da OEA (RELE), ainda não é aquele relatório previsto sobre o caso da liberdade de expressão no Brasil, que será baseado nas audiências feitas entre 9/2 e 14/2 pela CIDH com diversas autoridades, meios de comunicação e alvos da censura do Judiciário. Ainda assim, o conteúdo dele dá indícios do viés que se pode esperar no documento sobre a visita de fevereiro, que ainda não tem data prevista para sair.

"Seu relatório sobre a visita ainda é esperado e não necessariamente ele teve tempo de incluir em seu relatório anual algo sobre a visita in loco. Mas, se o relatório que virá for similar ao que ele já escreveu no relatório anual, as notícias que teremos são pouco alvissareiras", comenta Luiz Augusto Módolo, doutor em Direito Internacional pela USP e autor de "A saga de Theodore Roosevelt" (2020).

Documento anual da OEA cita casos de censura do STF sem condenação explícita

O relatório anual, assinado por Pedro Vaca, relator especial para a liberdade de expressão da CIDH, traz um panorama das principais ameaças à liberdade de expressão em toda a América ao longo de 2024. O documento foca em casos de

violência contra jornalistas, uso de processos judiciais como forma de intimidação e ações estatais para controle da informação, além de abordar episódios envolvendo plataformas digitais e "desinformação".

Vários personagens alvos de censura e alguns meios de comunicação, entre eles a Gazeta do Povo, fizeram à OEA um levantamento detalhado dos casos mais graves de perseguição e ataque contra a liberdade de expressão da direita, incluindo decisões do STF que resultaram em bloqueios de perfis, remoção de conteúdos e perseguições judiciais contra jornalistas e influenciadores críticos ao tribunal. Apesar da documentação apresentada, a maioria desses episódios não foi mencionada no relatório oficial.

A OEA chega a mencionar algumas medidas do Judiciário contra plataformas digitais, como o bloqueio da rede social X, mas trata o tema sem condenação explícita às ações, como um tema a ser observado, sempre terceirizando qualquer juízo sobre o que fez o STF – essa mesma isenção não se vê, por exemplo, no caso da peruca de Nikolas ou da batalha judicial entre Patrícia Campos Mello e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), em que a OEA assume posicionamento claro. "Em abril, os chamados 'Arquivos X' revelaram uma série de e-mails da rede social X e ordens de restrição de conteúdo emitidas pelo Supremo Tribunal Federal dirigidas à empresa. Alguns setores denunciaram esses documentos como evidência de censura no Brasil", diz o relatório.

O órgão dá sinais sutis de preocupação com a suspensão da rede de Elon Musk, especialmente no que diz respeito à proibição de VPNs e aos impactos sobre jornalistas. Mas essas preocupações são sempre atribuídas a "organizações da sociedade civil", e nunca formuladas como uma crítica direta da OEA às decisões do STF. "Duas ações constitucionais apresentadas por terceiros tentaram contestar a ordem de suspensão diante da proibição do uso de VPN. Segundo organizações da sociedade civil, isso teria impactado o exercício de atividades legítimas na rede, como o trabalho jornalístico", diz o relatório.

Na sequência, a OEA arremata os comentários sobre o caso do X com um aparente aceno positivo às restrições impostas pelo STF, afirmando que "as ameaças reais às instituições

democráticas, assim como a proliferação de discursos violentos e da desinformação nas redes sociais, desencadearam reações intensas contra as plataformas na região". "No ambiente digital, os Estados têm a obrigação não apenas de garantir que todas as pessoas possam exercer plenamente seu direito à liberdade de expressão na internet, mas também de assegurar que as empresas privadas que administram o discurso e a informação online respeitem os direitos humanos em seus produtos e serviços", diz.

A OEA também cita brevemente a censura imposta pelo Supremo Tribunal Federal a Filipe Martins, ex-assessor internacional da Presidência no governo Bolsonaro, mas o faz sem qualquer reprovação. Martins não pode usar redes sociais nem dar entrevistas a veículos de comunicação, sob pena de ser novamente preso. O episódio é

descrito em tom neutro, como um fato administrativo, sem que a Relatoria manifeste preocupação com o impacto da decisão sobre a liberdade de expressão. "A Relatoria também registrou a ordem de 22 de agosto de 2024 do Supremo Tribunal Federal que proibiu um ex-assessor de assuntos internacionais da Presidência da República, atualmente investigado por alegada participação em tentativa de golpe de Estado, de conceder uma entrevista ao jornal Folha de S.Paulo", diz o documento.

Em casos não relacionados com a direita, a OEA é explícita em manifestar "preocupação". "Este órgão observa com preocupação a detenção, por parte da Polícia de São Paulo, de jovens que protestavam contra o aumento do preço do transporte público. A eles teria sido imputada a suposta prática dos crimes de associação

criminosa e tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, o que poderia representar uma distorção do tipo penal com o objetivo de restringir o direito à manifestação", diz a OEA. Nenhuma das múltiplas distorções de tipos penais contra a direita, em especial as relacionadas ao que o Supremo chama de "tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito", foi mencionada pela Relatoria.

OEA mostra viés em relatório anual, diz jurista

Para Luiz Augusto Módolo, há uma inversão de valores nas críticas feitas pelo relatório da OEA contra a atitude de Nikolas. "O caso do deputado Nikolas Ferreira, que está tendo sua imunidade parlamentar ignorada pelo fato dele ter usado uma peruca loira e criticado os exageros das demandas LGBT, foi completamente invertido.

Nikolas é que foi pintado como o agressor, quando em verdade ele e seus eleitores é que estão tendo suas garantias constitucionais atropeladas", diz. "O fato é que quando Pedro Vaca foi fazer seu relatório, mesmo antes da visita recente, já havia bastante material para trabalhar sobre abusos que grande parte do espectro político brasileiro já vinha sofrendo, especialmente vindo de altas autoridades do país. Mas ele aparentemente colocou antolhos ao fazer seu relatório e optou por priorizar relatos vindos de fontes que compartilham sua visão de mundo", acrescenta.

Em vários casos relacionados à liberdade de expressão no relatório, a OEA é explícita em seus juízos de valor, mas quase todos eles se referem a jornalistas ou pessoas de esquerda. A OEA dedica grande espaço a casos de profissionais de meios

de comunicação esquerdistas condenadas judicialmente ou ofendidas – nestes casos, demonstrando preocupação com a proteção à atividade jornalística. "A RELE manifesta sua preocupação diante da condenação penal contra uma jornalista no Brasil", diz, referindo-se à jornalista Schirlei Alves, punida por reportar falas durante o julgamento do caso Mariana Ferrer. Em relação à jornalista Patrícia Campos Mello, a OEA afirma que "saúda decisões que contribuem para garantir o direito à liberdade de expressão" e celebra a decisão judicial que determinou indenização à jornalista por ofensas feitas por Eduardo Bolsonaro "em razão de sua condição de mulher".

O relatório anual da OEA também dá atenção especial ao assassinato de Bruno Pereira e Dom Phillips na Amazônia. A OEA afirma que "o

assassinato de jornalistas representa a forma mais extrema de censura, e que a impunidade favorece a autocensura da imprensa", cobrando do Estado brasileiro diligência nas investigações e reparação às famílias.

O documento ainda elogia o reconhecimento, por parte do STF, do assédio judicial como uma ameaça à liberdade de expressão, em referência a uma decisão da Corte que passou a permitir que jornalistas processados repetidamente por um mesmo tema possam solicitar a unificação das ações em seu domicílio, com o objetivo de reduzir custos e evitar perseguições.

O relatório também aborda outras iniciativas estatais relacionadas à regulação de conteúdo, mas com juízos de valor menos explícitos. Cita, de forma descritiva, a criação do Centro Integrado

de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (Ciedde) pelo TSE como parte dos esforços para conter fake news nas eleições municipais. "[Pedro] Vaca [relator especial da CIDH] menciona a criação do CIEDD pelo TSE, mas apenas relata sua criação de forma acrítica e esquece completamente de mencionar a situação de Eduardo Tagliaferro, servidor ligado ao órgão, demitido do TSE e que consignou diversas denúncias sobre seu período no TSE. As reportagens na Folha de Glenn Greenwald e um outro jornalista sobre os métodos do TSE não mereceram menção", observa Luiz Augusto Módolo.

O documento fala ainda sobre a sanção da Lei nº 14.811/2024, que tipifica o bullying e o cyberbullying como crimes, sem emitir avaliação direta sobre seus efeitos. E também menciona,

sem fazer juízo de valor, a retirada de circulação de livros jurídicos considerados homofóbicos e misóginos, determinada pelo ministro Flávio Dino, do STF. "[Vaca] poderia ter sido mais incisivo ao criticar a decisão do STF que determinou a destruição de livros jurídicos com conteúdo considerado inapropriado, bem como a alta multa por danos morais coletivos aplicada ao autor do livro", diz Módolo.



[Voltar ao índice](#)



*A história real do massacre de Katyn, silenciada por décadas sob o comunismo
(Foto: Divulgação/ Akson Studio)*

Horrores do regime

Sete filmes e séries que revelam o que a escola não ensina sobre o comunismo

Por Desirée Peñalba

Quem nunca quis sentar um amigo ou parente na frente da TV para convencê-lo, de uma vez por

todas, que o comunismo só produziu horrores? Agora, mais do que nunca, esse momento chegou. Esta seleção de filmes e documentários foi feita com o propósito de evidenciar os piores crimes promovidos por regimes comunistas ao redor do mundo — baseada em histórias infelizmente reais e fontes confiáveis.

É fato que muito menos obras audiovisuais denunciam os crimes do comunismo do que aquelas que retratam os males do nazismo. Geralmente, as produções estão fora de catálogo ou escondidas em plataformas sem permissão autoral. Por isso, nossa curadoria prioriza filmes e documentários que possam ser encontrados em serviços de streaming ou com aluguel autorizado. O objetivo? Mostrar que é possível conhecer, lembrar e divulgar as verdades históricas sobre essa ideologia que causou milhões de mortes.

Como profetizou Nossa Senhora de Fátima em 13 de maio de 1917 — data lembrada nesta semana —, “a Rússia espalharia seus males pelo mundo”. De fato, a União Soviética foi apenas o início. Em seguida, Cuba, China, Camboja, Polônia e tantos outros países também sofreram com as consequências dessa ideologia. Que estas obras sejam ferramentas de reflexão, memória e alerta para que tamanhos horrores jamais se repitam.

A Sombra de Stalin (Mr. Jones, 2019)

Dirigido por Agnieszka Holland (diretora polonesa que viveu sob o domínio soviético), o filme retrata a jornada do jornalista Gareth Jones, o primeiro a denunciar ao mundo o Holodomor — a fome genocida provocada por Stalin na Ucrânia entre 1932 e 1933. A atuação de James Norton dá vida a um repórter corajoso que,

mesmo diante da censura e repressão soviética, revelou a verdade por trás do "paraíso comunista".

Com base em suas reportagens históricas, vemos um retrato chocante da miséria causada por políticas totalitárias e do papel da propaganda estatal. Jones acabou assassinado por agentes soviéticos meses depois de revelar o Holodomor, o que reforça ainda mais a importância e o perigo de sua missão.

Onde assistir: disponível para locação e compra em Apple TV, Claro TV+ e Vivo Play.

Cuba e o Cameraman (2017)

Este documentário da Netflix acompanha o cineasta americano Jon Alpert ao longo de 45

anos de visitas a Cuba. Com um olhar inicialmente simpático à Revolução, Alpert documenta a transformação (e degradação) do país sob o regime castrista, revelando aos poucos a escassez, o autoritarismo e a frustração do povo cubano diante das promessas não cumpridas do comunismo.

A força do documentário está na comparação temporal. A Cuba romântica do discurso revolucionário vai sendo desconstruída à medida que o país mergulha no atraso, na repressão e na pobreza crônica. Recomendado frequentemente pelo apresentador Emílio Zurita no Programa Pânico, o documentário desmonta qualquer empolgação com o regime de forma brilhante: apenas retratando a verdade.

Onde assistir: disponível na Netflix.

História do Comunismo – Brasil Paralelo (2024)

A série documental da Brasil Paralelo é uma das mais completas em língua portuguesa. Eles analisam com profundidade a gênese, ascensão e crimes do comunismo ao redor do mundo. Com seis episódios, a série visita países como Cuba, China, Rússia, Polônia e Hungria, e traz entrevistas inéditas de intelectuais como Theodore Dalrymple, Simon Montefiore e Vladimir Tismaneanu.

Dentro do aplicativo da BP, todos os seis episódios estão completos, no entanto, pelo canal do Youtube da empresa, estão disponíveis apenas os três primeiros com recortes sobre temas específicos na seleção denominada “História do Comunismo”. Como geralmente ocorre nas

produções da empresa, a série explica as bases filosóficas do comunismo e o que ocorreu em cada país onde a ideologia foi implementada. A produção tem qualidade e didática excelentes, e vai se tornando mais contundente à medida que aborda personagens como Lenin, Stalin, Fidel Castro e Mao Tsé-Tung.

Onde assistir: disponível na Brasil Paralelo.

First They Killed My Father (2017)

Dirigido por Angelina Jolie, este drama da Netflix é baseado nas memórias de Loung Ung, que viveu o genocídio cambojano promovido pelo Khmer Vermelho. Acompanhamos a história pelos olhos de uma criança, o que torna o relato ainda mais comovente e visceral.

A estética do filme é delicada, mas seu conteúdo é brutal. A obra emociona e escancara as consequências trágicas da utopia comunista, que exterminou cerca de dois milhões de pessoas no Camboja. Vale mencionar que Jolie tem ligação pessoal com o país por ter adotado um filho cambojano, o Maddox Jolie-Pitt. Assim sendo, ela conduz a narrativa com respeito e sensibilidade.

Onde assistir: disponível na Netflix.

Katyn (2007)

O premiado diretor polonês Andrzej Wajda (1926-2016) revive uma das maiores tragédias ignoradas do século XX: o massacre de Katyn, onde 22 mil oficiais poloneses foram executados pela União Soviética em 1940. A URSS tentou culpar os nazistas pelo crime — uma mentira sustentada por décadas.

Baseado no livro *Post Mortem – A História de Katyn*, o filme destaca o sofrimento das famílias polonesas e a luta pela verdade histórica. Wajda, cujo pai foi uma das vítimas, constrói um drama comovente e realista.

Onde assistir: disponível para locação e compra na Amazon.

Chernobyl (Minissérie, 2019)

Produzida pela HBO, Chernobyl recria os eventos do desastre nuclear ocorrido na usina ucraniana em 1986. Mais do que uma tragédia ambiental, o que se vê é o retrato cru da negligência, da mentira institucionalizada e da corrupção soviética que agravaram os danos.

Com cinco episódios intensos, a minissérie mostra como o autoritarismo e o controle estatal colocaram milhões em risco. Ao mesmo tempo, é também uma crítica ao modelo comunista, onde o Estado torna-se mais importante que a verdade.

Onde assistir: disponível no Max.

Gulags – Os Campos de Concentração Soviéticos

Esse documentário do canal Manual do Mundo explora os temidos Gulags — campos de trabalho forçado da União Soviética, especialmente ativos sob Stalin. A obra resgata fontes como o livro *Arquipélago Gulag*, de Aleksandr Solzhenitsyn, e mostra como milhões foram presos, torturados e mortos sob pretextos políticos frágeis.

Os Gulags são uma das maiores provas da brutalidade comunista. Em síntese, o documentário expõe a lógica perversa de um regime que transformava dissidentes em escravos e promovia extermínio por trabalho forçado.

Onde assistir: disponível no YouTube (canal Manual de História).



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- **Com baixa representatividade, Psol utiliza STF para impor vontade sobre Congresso**
- **Mesmo após alerta, INSS adotou controle fraco e não impediu fraude contra aposentados**
- **Onde os velhos não têm dinheiro: brasileiro está vivendo mais e poupando menos**
- **Papa Leão XIV “driblou” bandeira LGBT durante audiência com jornalistas?**
- **O que os municípios mais desenvolvidos do Brasil têm em comum**
- **Entramos de penetra no aniversário de Marx na livraria mais comunista de Curitiba**

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Daliane Nogueira e Marcela Mendes. Apoio: Jessica Lopes da Silva dos Reis. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice